



## É PAJUBÁ, TÁ MEU BEM? VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ASPECTOS SOCIOCULTURAIS NO ENEM

*IT'S PAJUBÁ, OKAY? LINGUISTIC VARIATION AND SOCIOCULTURAL ASPECTS IN ENEM*

André Luiz Souza da Silva (UFPB/PROLING/CAPES)<sup>1</sup>  
[andreluiz.bans@gmail.com](mailto:andreluiz.bans@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo ancora-se na problematização da polêmica envolvendo uma questão do ENEM (2018) que tematizou o uso da linguagem LGBT+, no intuito de discutir aspectos da variação linguística. Dito isso, objetiva-se analisar a abordagem linguística da questão proposta pelo exame, bem como trazer para as discussões as impressões de professores de Língua Portuguesa sobre o ensino da variação linguística. Para tanto, ancora-se em estudos da Sociolinguística, isso por compreender a língua como uma instituição social, a qual se coaduna com fatores extralinguísticos. Discute-se à luz de Labov (2008), Bagno (2012, 2015, 2017), Bortoni-Ricardo (2017), entre outros pesquisadores de perspectiva funcional da linguagem. Desse modo, desenvolve-se uma pesquisa de viés interpretativista de natureza qualitativa, mediante a coleta de dados com questionários respondidos por professores da educação básica do estado da Paraíba. Para isso, comunga-se, metodologicamente, com Paiva (2019) e Bortoni-Ricardo (2008). Ao fim, é possível estabelecer a validade da questão elencada na pesquisa por seu conteúdo estar associado à reflexão linguística, bem como os professores que evidenciam em seus discursos o quão significativo é o respeito às variedades linguísticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística. Ensino de Língua. Pajubá no Enem. LGBT+.

**ABSTRACT:** This paper is based in a problematization involving the polemic question present on ENEM (2018) that brings the use of the LGBT+ language, with the intention of discuss linguistic variation aspects. Therefore, the objective of this paper is analyses the linguistic approach of the question located on the exam, as well as bring the discuss and the impressions of the Portuguese Language teachers about the linguistic variation teach. For this purpose, its based in the sociolinguistic studies, understanding the language as a social institution, whom match with extralinguistic factors. It is discussed based in Labov (2008), Bagno (2012, 2015, 2017), Bortoni-Ricardo (2017), and others researchers from the functional perspective of language. Thus, the paper develop a qualitative and interpretative research, through data colletion with answered questionnaires by teachers from the basic education of the Paraíba. Thereunto, partek of, methodologically, with Paiva (2019) and Bortoni-Ricardo (2008). In conclusion, its possible provide the validity of the question catalogue in the research since the contente is associated with the linguistic reflection, as well as the teachers that emphasize in their discuss the importance about the respect of the linguistic varieties.

**KEYWORDS:** Sociolinguistic. Language teach. Pajubá on Enem. LGBT+.

<sup>1</sup> Mestrando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e associado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) atuando como bolsista CAPES. Também tem especialização Língua e Literatura pela UNIFIP e em Ensino de Língua pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por onde também é graduado em Letras. Atualmente, está professor de Língua e Linguística do Departamento de Letras e Artes da UEPB. E-mail: [andreluiz.bans@gmail.com](mailto:andreluiz.bans@gmail.com)



## 1 Introdução

Por vezes, o ensino de língua portuguesa (LP) esteve ancorado em perspectivas tradicionais, isto é, o ensino da língua baseado no sistema linguístico por si, utilizando a gramática normativa (GN) como único instrumento didático e metodológico. Contudo, o ensino pautado apenas na norma-padrão centraliza questões homogêneas que desconsideram a pluralidade linguística e social. Dito isso, o ensino de LP, que objetiva a ampliação da competência comunicativa, possibilita ensinar aos alunos questões voltadas à mudança e à diversidade linguística.

Desse modo, é possível desenvolver uma prática reflexiva do ensino de língua materna (LM) baseada no uso e na reflexão linguística. Racionalizar essa abordagem para a sala de aula é favorecer uma discussão acerca de formas prestigiadas e estigmatizadas de uso da língua, o que também contribui no combate ao preconceito linguístico (BAGNO, 2015). Dito isso, tem-se os seguintes objetivos: a) analisar a questão tematizada no contexto da linguagem LGBT<sup>2</sup>, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2018, a qual foi julgada e discriminada por parte da sociedade e b) identificar se os professores de LP, em sua maioria, consideram relevante o ensino de variação linguística.

Em se tratando do ensino de LP, muitos professores se direcionam às concepções tradicionais da gramática, isso com foco na norma-padrão. Pensando nisso, é possível refletir sobre as práxis de ensino e avaliação diante do contexto de ensino de LP. Neste caso, a concepção de língua apresentada no ENEM, mais especificamente, o de 2018, por meio da questão com temática pajubá. Isso por inquietação particular com o preconceito em relação à questão, a qual tematiza o uso da linguagem do pajubá, inicialmente de travestis, depois, estendida a toda a comunidade LGBT+.

A *LGBTfobia* é uma realidade na sociedade brasileira, uma vez que o Brasil é um país que se destaca em número de mortes violentas a sujeitos da comunidade LGBT+. De

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, assume-se a sigla considerando o sinal “+” como representativo das demais formas de viver as sexualidades e identidades de gênero, entendo que a sigla não é excludente, mas emblemática.



acordo com os relatórios do *Grupo Gay da Bahia*<sup>3</sup>, o ano de 2019 apresentou um número total de 329 pessoas mortas. Essas mortes totalizam não só assassinatos, mas também suicídios. Diante dessa problemática, identifica-se a necessidade de se emergir uma educação que combata discriminações.

Nessa direção, vê-se a contribuição aos estudos linguísticos: colocar em discussão o fato de o uso da linguagem LGBT+ estar associada à segregação e exclusão dos sujeitos que não correspondem ao padrão sexual e de gênero estabelecido pela comunidade dominante, a qual é regida por valores hegemônicos. Assim, compreende-se que o Brasil se destaca nos rankings mundiais de violência a sujeitos LGBT+, esta investigação passa a ter, também, uma valorização social, pois engajar-se-á no embate ao preconceito sociocultural institucionalizado no país.

Este estudo é um recorte de uma investigação feita por Silva (2020), no contexto da pós-graduação, para fins de conclusão de curso. Dito isso, serão evidenciados os dados qualitativos do estudo: interpretação da questão do ENEM e as colocações dos professores de LP sobre a importância da Variação Linguística.

Para tal, este artigo está estruturado em seções. Após esta introdução, tem-se a seção 2 ancorando-se na sociolinguística, direcionando-se a uma discussão sobre ensino; seção 3 a respeito das origens do pajubá e sua relevância para um ensino de língua social, político, cultural e historicamente situado; já a seção 4 alinha as questões metodológicas. Ademais, a seção 5 se destina às análises. Por fim, as considerações finais e as referências que ancoram as reflexões que se engendram neste produto.

## 2 Sociolinguística: aspectos socioculturais e ensino de língua

A sociolinguística é uma das ramificações dos estudos linguísticos. O seu interesse especial é na análise de estruturas linguísticas que rompem com as prescrições impostas pelas gramáticas normativas. Nessa direção, a sociolinguística, como o próprio nome sugere, interessa-se pela análise linguística em contexto de uso, isso por considerar que

---

<sup>3</sup> Mais informações no site da organização <<https://grupogaydabahia.com.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.



fatores sociais influenciam na mudança, variação e diversidade linguística, as quais são próprias de quaisquer línguas naturais. Dessa forma, como aponta Mollica (2015), a sociolinguística é de caráter interdisciplinar, uma vez que se faz diante da relação entre língua e sociedade. Portanto, é uma área que se desdobra para a reflexão e observação de usos heterogêneos da linguagem.

A sociolinguística se desenvolveu durante a década de 1960, em solo estadunidense, onde se firmou graças aos estudos e trabalhos de William Labov, o qual é considerado, por diversos pesquisadores, o fundador da sociolinguística, senão de todo seu campo, mas de seu ramo mais discutido e aplicado: a sociolinguística variacionista (BAGNO, 2017). De acordo com Bagno (2017), o próprio Labov relutou em assumir a postura terminológica da área como Sociolinguística, uma vez que implicaria em pensar uma linguística, teórica ou prática, que não fosse social. Nessa direção, ressalta-se o que diz Labov (2008):

Todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato. Quando os linguistas escrevem sobre mudança linguística, encontramos um grau muito diferente de preocupação com o contexto social em que essas mudanças ocorrem (LABOV, 2008, p. 302).

Como expõe o autor, o fator social é inquestionável no fazer científico da área linguística. Entretanto, o destaque que lhe é dado poderá ser diferente, a depender de cada pesquisador/autor/professor. Por isso, o autor supracitado explica que, a depender da gama de informações extralinguísticas que se tenta incluir ou excluir, pode-se afirmar a concepção de língua que cada profissional tem e a importância que dá para a mudança linguística (LABOV, 2008). Assim, enfatiza-se mais uma vez como o fator social é importante para a linguística, e ao se tratar da sociolinguística esse fator ascende. Afinal, interessa-se amplamente pela produção linguística e seus aspectos socioculturais (CEZARIO; VOTRE, 2017).

Na direção dessas discussões, vê-se como a sociolinguística prioriza os fatores sociais e culturais no que tange a interação com a linguagem e pela linguagem. Desse



modo, a sociolinguística se reafirma interdisciplinar, uma vez que amplia suas conexões e vínculos com outras ciências, como a psicologia social, pedagogia, sociologia, ciências políticas, entre outras, com a finalidade de explicar os mais diversos fenômenos linguísticos. Assim, não há fronteiras no campo macro da Sociolinguística e, como determina Bagno (2017), é possível identificar um *continuum* de investigações, o qual pode ser mais linguístico ou mais sociocultural. A respeito disso, o autor explica o seguinte:

[...] a sociolinguística variacionista, inaugurada por W. Labov, se aproxima bem mais do extremo linguístico desse continuum, uma vez que recorre aos fenômenos de ordem social para explicar os fenômenos linguísticos, interessada como é sobretudo nos processos de mudança linguística – nessa abordagem, portanto, o foco estaria em como *a língua é configurada pela sociedade*. No outro extremo talvez se pudesse situar a sociologia da linguagem, que investiga *as consequências sociais, culturais, políticas etc.* da variação e da mudança, ou seja, como *a sociedade é configurada pela(s) línguas(s)* (BAGNO, 2017, p. 426, grifos do autor).

A partir dessas colocações se enfatiza como a Sociolinguística é um campo de investigação deveras amplo, o qual se vale de diversificadas vertentes. No contexto dessa produção, considera-se o ramo da Sociolinguística Educacional. Essa vertente alicerça-se em um campo teórico e metodológico que visa a reflexão e a adoção de práticas de ensino-aprendizagem no escopo da educação linguística, considerando postulados de uma linguística crítica, como assevera Bagno (2017).

No Brasil, os estudos da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo destacam-se nessa proposta de Sociolinguística Educacional, a qual a autora diz ter denominado por considerar o ânimo em se aplicar resultados de pesquisas sociolinguísticas na resolução de problemas educacionais e na proposição de projetos pedagógicos mais eficazes. Para tanto, essa perspectiva adota resultados de estudos tanto qualitativos quanto quantitativos, sem deixar de atrelar estudos de áreas afins como a linguística aplicada e a análise do discurso (BORTONI-RICARDO, 2017).



Na direção dessas discussões, a sociolinguística mostra-se proveitosa para o ensino de língua(s), uma vez que incentiva os novos professores a adotarem uma visão menos preconceituosa e os estimula a valorizar toda e qualquer manifestação linguística, além de contribuir para que possam informar aos alunos que a norma-padrão é de prestígio social, mas que, estrutural e funcionalmente, não há língua melhor ou pior, pois todas as manifestações linguísticas são igualmente complexas (CEZARIO; VOTRE, 2017).

Para tanto, assevera-se essas colocações compreendendo que a língua é um conjunto constituído de “[...] normas, registros e dialetos, os quais, linguisticamente falando, têm a mesma força expressiva e beleza. A consideração de que uma forma é superior à outra é apenas uma questão de ordem social, sem lastro de cientificidade” (PERNAMBUCO; CARMELINO, 2011, p. 95).

Nesse sentido, o combate ao preconceito linguístico também é papel do professor de LP. Afinal, os discentes devem compreender que a sociedade em sua maioria cobrará deles um uso normativo, mas também precisam saber que numa sociedade como a brasileira, pessoas de escolaridade baixa, de prestígio social menor e situação econômica reduzida, geralmente, são alvos de discriminação por aqueles que se compreendem como detentores dos usos “corretos” da LP. Por fim, que os alunos tenham condições de apreender e aprender as diretrizes da GN, mas que também possam compreender que o preconceito linguístico é uma realidade ancorada na desigualdade social.

## **2.1 O que é a Variação Linguística para os documentos sociais?**

Nesta seção, o interesse está no debate sobre a forma que alguns documentos oficiais abordam o ensino de LP, em especial, como esclarecem a abordagem ao ensino da variação linguística. Assim, discutir-se-á como o tema é exposto, debatido e alocado para o ensino de língua. Para tanto, é preciso compreender a escola como espaço de poder no qual os sujeitos são agentes sociais que se colocam em posições também de poder,



nessa perspectiva, o professor é um detentor de poder máximo no que diz respeito à sala de aula.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCN) foram produzidos com a finalidade de serem uma referência para as discussões curriculares, bem como para a elaboração e o aprimoramento das proposições didáticas. Esse documento foi produzido pelo Ministério da Educação em 1998 e volta-se para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, naquela época ainda sendo de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, hoje sendo de 6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> ano. Em leitura do documento, identifica-se os objetivos gerais apresentados para o ensino de LP, um deles é o de “conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico” (BRASIL, 1998, p. 33).

Assim, há mais de 20 anos os PCN apontam para a relevância do estudo da variação linguística, uma vez que conhecer e reconhecer variedades linguísticas é ter acesso e conhecimento sobre identidade, cultura e povo, como bem frisa Antunes (2009, p. 19, grifos da autora): “o povo tem uma *identidade*, que resulta dos traços manifestados em sua *cultura*, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da *linguagem verbal*”.

Ademais, aponta-se também pertinências das *Orientações Curriculares de Língua Portuguesa para o Ensino Médio* (OCEM), as quais foram produzidas na busca por uma efetivação no que diz respeito à abordagem do ensino de LP com a finalidade de ressignificar práticas de ensino e de aprendizagem. Inicialmente, espera-se, de acordo com o documento, que os discentes do ensino médio desenvolvam capacidades importantes, uma delas é: “atuar, de forma ética e responsável, na sociedade, tendo em vista as diferentes dimensões da prática social” (BRASIL, 2006, p. 18).

Então, há mais de 10 anos, as OCEM evidenciam um ensino de LP de valor social e que não prioriza padrões homogêneos como objetos de análise e estudo. E, em consonância com os apontamentos das OCEM, Antunes (2009) esclarece que a língua é uma atividade funcional, ou seja “*as línguas estão a serviço das pessoas*, de propósitos interativos reais, os mais diversificados, conforme as configurações contextuais,



conforme os eventos e os estados em que os interlocutores se encontram” (ANTUNES, p. 35, grifos da autora).

Atualmente, muito tem se discutido sobre a inserção da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) nas instituições de ensino. De acordo com o novo documento, a proposta da BNCC (2018) foi elaborada por especialistas das diversas áreas e projetada para atender as demandas atuais dos estudantes, preparando os discentes para o futuro. A BNCC postula como competência específica para os anos finais do fundamental: “compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais” (BRASIL, 2018, p. 65).

No que diz respeito ao ensino de LP em específico, o documento aponta a Variação Linguística como área de conhecimento e indica como objetivo o seguinte: “discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica” (BRASIL, 2018, p. 83). Isso faz-se necessário, uma vez que a sociedade brasileira perpetua práticas de preconceito linguístico. Assim, aguarda-se que as práticas de combate ao preconceito linguístico, bem como o ensino de LP, de forma democrática, ocorram em vias de respeito e comprometimento com valores éticos. No mais, que a democratização do ensino seja também a valorização de uma educação linguística.

### 3 O pajubá é afro-brasileiro!

Como exposto na seção anterior, a variedade linguística é um objeto digno de análise linguística no contexto da sala de aula. Nesta seção, enaltece-se uma variedade linguística específica, a qual está presente no PB: os léxicos de origem africana. Nessa direção, enfatiza-se, novamente, a alegação de que língua e sociedade são indissociáveis. Como bem expressa Antunes (2009), os parâmetros teóricos que se colocaram a separar





língua de povo ou língua de cultura, fizeram-se para outros objetivos que não o de estudar a natureza da linguagem e suas variadas manifestações para fins de interação humana.

Voltando-se ao período colonial, Bagno (2012) aponta que Portugal teve um papel primário e principal no processo de escravização de negros africanos. Nesse processo, línguas africanas de diferentes grupos étnicos passaram a ter contato no cenário brasileiro daquela época, pois os africanos escravizados eram trazidos de diversos territórios do continente. Essa heterogeneidade de povos e, obviamente, linguística era enxergada pelos colonizadores como um mecanismo de controle positivo, uma vez que os colonizadores lusitanos “[...] procuravam misturar grupos dialetais diferentes de modo a não se entenderem, para, através da diversidade étnica e linguística, impedir que se unissem. Dessa forma buscavam mantê-los submissos e forçavam-nos a aprender a língua portuguesa” (ASSIS *et al*, 2012, p. 66). Exposto isso, os professores e pesquisadores podem e devem, como assinala Bagno:

[...] assumir **o caráter marcadamente africano do português brasileiro**, levar adiante descrições cada vez mais detalhadas da nossa língua à luz dessas constatações e, sobretudo, declarar e assumir de uma vez por todas que o português brasileiro é uma língua *diferente* do português europeu, decerto muito aparentada, mas já suficientemente distinta em seu próprio sistema fonológico, morfossintático e, naturalmente, semântico, pragmático e discursivo. E também, não menos importante, reconhecer nossa imensa e impagável dívida para com ‘o falar dos africanos’ que é, nada mais nada menos, a verdadeira matriz da nossa língua materna (BAGNO, 2019, p. 163, grifos do autor).

Na direção dessa colocação, fica evidente a necessidade de os professores trabalharem a língua em um viés de LM, o qual não se faz pela negação de sua origem europeia, mas pela evidenciação de suas origens nativo-brasileiras e africanas, as quais marcam de forma predominante o português nacionalmente brasileiro.

O iorubá é uma das línguas africanas que contribuíram com léxicos para o PB. De acordo com Bossaglia (2019), a língua iorubá faz parte do grupo de línguas nigero-congolesas, nesse grupo, classifica-se na ramificação benué-congo. Mediante Nogueira (2008), é importante indicar que a formação linguística do iorubá, a qual também ocorreu por empréstimo, teve contribuições de línguas árabe, haussá, igbo e do inglês.



Além de iorubá, há a nomenclatura nagô, por meio da qual os iorubás ficaram amplamente conhecidos no Brasil. Ao se tratar das variedades lexicais desse grupo, é possível estabelecer que muitas contribuições foram dadas à base linguística do PB, especialmente; mas não só, pela cultura religiosa, especificamente o candomblé. É nesse caminho que a etnolinguística tem seu espaço, uma vez que se interessa pelos aspectos linguísticos de caráter particular direcionado por variedades linguísticas, as quais são reflexo de uma cultura específica (BAGNO, 2017). Na direção dessa cultura específica, aponta-se a prática religiosa das culturas afro-brasileiras como contextos ideais para essas discussões. A partir disso, indica-se o seguinte sobre a prática religiosa de candomblé:

Uma comunidade-terreiro Queto (iorubá), Jêje (fon, eve, jen-mina), Efon (iorubá) ou Angola (quicongo, quimbundo) procura evitar expressões cujos étimos não estejam ligados à origem etnolinguística do grupo social. Nas comunidades-terreiro mais antigas e portanto mais tradicionais, evita-se também o uso de expressões em português, principalmente, nos cânticos, rezas e louvações (NOGUEIRA, 2008, p. 83).

Identifica-se, a partir do exposto, que comunidades religiosas, de origem africana, buscam manter seus usos dialetais numa direção de lealdade linguística, uma vez que a preservação lexical é também a preservação de sua cultura, assim, rechaçam também a inclusão de termos de outras línguas, inclusive do português. Essa preservação linguístico-cultural é proveitosa e necessária para o grupo, uma vez que, como apontam Assis *et al* (2012, p. 12): “o uso dos falares africanos foi gradativamente perdendo terreno pela expansão da língua portuguesa, restringindo-se aos domínios especializados, como os rituais religiosos, cânticos, danças populares”.

Como dito anteriormente, o iorubá está ligado diretamente à prática religiosa do candomblé, por meio do iorubá, variedades linguísticas passaram a ser tomadas por empréstimo para constituir um grupo socioletal específico: o pajubá<sup>4</sup>. O pajubá é conhecido como a linguagem praticada, inicialmente, pelas travestis e depois estendida a

---

<sup>4</sup> O termo também pode ser identificado como bajubá, logo, constitui-se uma variedade fonética, sendo vocábulos intercambiáveis.



toda a comunidade LGBT+ e que se faz pela mistura lexical proveniente do próprio pajubá ligado à base fonológica da própria LP, do pajubá provem a gíria LGBT+ (VIP, LIBI, 2013; BAGNO, 2017).

A gíria é um signo linguístico que expressa poder, o qual vai contra um padrão convencional, tanto cultural, quanto linguístico. Desse modo, é um recurso linguístico marcado por valores de um grupo, por isso, constitui-se como um socioleto composto por itens linguísticos expressivos, por vezes, socialmente estigmatizados. Como bem expressa Bagno (2017), o conceito de gíria está direcionado, de maneira inicial, ao vocabulário próprio de um segmento da sociedade. Nessa direção, trata-se de um conjunto de léxicos com uma finalidade própria, sobre a funcionalidade desses léxicos, Bagno diz:

Seus usuários o criam, aprendem e transmitem com finalidades, conscientemente crípticas, evitando dessa maneira sua compreensão por pessoas de fora do grupo. Também se emprega o termo para fazer referência a um conjunto de palavras que constituem uma moda de determinado momento dentro de algum setor social específico. (BAGNO, 2017, p. 156).

Na concepção do autor, a gíria caminha em duas direções: i) as gírias dos grupos fechados, com valor hermético e ii) as gírias da moda, usadas comumente por variadas pessoas por alguma influência e/ou evento social expressivo. Nessa direção, aponta-se as postulações de Dino Preti, grande pesquisador brasileiro e principal precursor dos estudos da gíria no Brasil, o qual estabelece que as gírias podem se fazer por dois caminhos: a) os signos gírios **restritos**, os quais estão associados a um grupo específico e fechado e b) os signos gírios **comuns**, aqueles vocábulos que já estão dissociados de um grupo fechado e passam a integrar a linguagem em geral, por causa da popularização (PRETI, 1984).

Os estudos de Preti (1984) esclarecem que a gíria é um signo linguístico que não está ligado só ao desejo da originalidade, mas também à finalidade criptológica. Logo, os indivíduos que adotam gírias de grupo o fazem com a pretensão de expressar seus julgamentos sobre a sociedade que os cerca. Na direção dessas questões, não podemos deixar de frisar, mediante Preti (2010), que o vocábulo gírio é um item lexical binômio de ataque/defesa, sendo um recurso linguístico que funciona como mecanismo de



identificação e autoafirmação dos indivíduos que o utilizam, portanto, seu uso e surgimento têm relação com as dinâmicas sociais dos grupos que a empregam. Desse modo, “a linguagem não possibilita apenas a interação, mas age como uma ferramenta de batalha e indignação social: ora espada, para os preconceituosos, ora escudo, para os indivíduos de grupos restritos” (SILVA; MARTINS, 2019, p. 649).

Dito isso, constata-se que trabalhar a língua, em confluência com sua matriz africana, é debruçar-se na história de povos e não utilizar de eufemismos para expor as lutas, sangrias e maus-tratos pelos quais os negros escravizados passaram. Além disso, apontar isso não deixa os aparatos linguísticos de lado, uma vez que o contato com as línguas africanas permitiu características específicas do PB (BAGNO, 2019). Nessa direção, frisamos que todas as manifestações linguísticas são dignas de investigação, buscando descrever, explicar e analisar seus usos e origens

Inclusive, tornar a variedade linguística LGBTQ+ - e de outros grupos minoritários – um objeto de reflexão, é alçar uma educação autônoma, uma educação que visa identificar a língua como um produto da sociedade, a qual é deveras preconceituosa e mascara suas discriminações como opiniões arraigadas de devaneios e frenesim que distorcem a realidade. Assim, uma educação linguística que visa a formação discente de maneira ética, oportuniza aos alunos uma emancipação do pensamento e da reflexão.

#### **4 Direcionamento metodológico**

No contexto deste estudo, tem-se como direção de discussões o ensino, e como aponta Bortoni-Ricardo (2008), o trabalho escolar, em particular o de ensino-aprendizagem, tem sido um objeto de pesquisa sistemático e, como assevera Paiva (2019), a pesquisa é a busca sistemática de respostas para um problema, para a compreensão do mundo que nos cerca, sendo uma ação investigativa de interesse naquilo que ainda não conhecemos detalhadamente. Logo, há um direcionamento deveras objetivo entre educação e pesquisa. Nessa perspectiva de pesquisa, o professor é um indivíduo que



reflete sobre suas práticas de ensino, bem como se interessa pela renovação e aprimoramento de seus conhecimentos.

A partir disso, a pesquisa é de abordagem qualitativa, uma vez que posiciona o objeto de análise numa perspectiva da interpretação social, buscando atribuir significados a um contexto específico, tendo caráter interpretativista. Para tanto, atem-se ao levantamento de bibliografia especializada no assunto, bem como vale-se de aparatos adicionais com a finalidade de melhor compreender o objeto de investigação (BORTONI-RICARDO, 2008; PAIVA, 2019).

Em acesso à página digital do INEP obtém-se a questão do ENEM 2018, questão aplicada no primeiro dia de avaliação na seção de Linguagens e códigos. Além disso, aplicou-se um questionário produzido no *Formulários Google*. Todos os informantes da pesquisa são professores de LP da educação básica, no estado da Paraíba. Totalizou-se a coleta de informações de 20 professores, mas apenas 15 responderam a questão subjetiva que compõe a análise neste artigo.

Para terem acesso ao questionário, garantindo maior distanciamento dos informantes, optou-se pela distribuição do instrumento por meio de colegas de profissão e de curso. Assim, direcionou-se, via *WhatsApp*, para esses colegas, o link do questionário, solicitando que mediassem a chegada do questionário a professores que conhecessem, até que se obteve um número razoável de repostas, as quais tornam mais robusta a análise. Então, os questionários ficaram disponíveis online por duas semanas, de 09 a 22 de fevereiro de 2020. A partir da coleta, tem-se o seguinte perfil:

**Tabela 1** - Caracterização dos informantes

Informações sociais		Quantidade	Percentual
		Nº	(%)
<b>Formação acadêmica</b>	<i>Graduação</i>	4	20
	<i>Especialização</i>	11	55
	<i>Mestrado</i>	2	10
	<i>Doutorado</i>	3	15
<b>Idade</b>	<i>20-28 anos</i>	4	20
	<i>29-36 anos</i>	7	35
	<i>37-45 anos</i>	5	25
	<i>Acima de 46 anos</i>	4	20



<b>Tempo de docência</b>	<i>Há menos de 5 anos</i>	4	20
	<i>Há mais de 5 anos</i>	5	25
	<i>Há mais de 10 anos</i>	9	45
	<i>Há mais de 20 anos</i>	2	10
<b>Rede de ensino</b>	<i>Pública</i>	13	65
	<i>Privada</i>	5	25
	<i>Pública e privada</i>	2	10
<b>Região de atividade docente<sup>5</sup></b>	<i>Região de João Pessoa</i>	19	95
	<i>Região de Campina Grande</i>	1	5

Fonte: O autor

Essa exposição é necessária para caracterizar os compartimentos da pesquisa, uma vez que suas formações, tempo em sala de aula, idade e *locus* de ação docente são indispensáveis para contextualizar as discussões e reforçar as indagações e reflexões. Assim, das 14 questões do questionário, 6 foram destinadas para a caracterização dos informantes, sendo 1 das questões de ordem subjetiva, a qual compõe a análise mais adiante.

## 5 Aquendendo<sup>6</sup> o pajubá: resultados e discussões

A imagem a seguir é da polêmica questão do ENEM 2018, a qual, por abordar o uso da linguagem LGBT+, foi apontada por muitos como de conteúdo desnecessário à formação dos discentes que prestam aquele processo seletivo. Em acesso à internet, podemos, facilmente, detectar as opiniões de alguns internautas em variadas redes sociais sobre o assunto, as quais foram tanto direcionadas para a positividade, quanto para a negatividade. Assim, observa-se uma avaliação linguística feita pelos participantes e

<sup>5</sup> Os municípios do estado da Paraíba estão distribuídos, de acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE, 2017), em duas regiões intermediárias. Nossos informantes atuam nas regiões intermediárias de João Pessoa e Campina Grande. A maioria leciona nas cidades da região de João Pessoa, sendo professores de Bananeiras, Belém, Guarabira, Jacaraú, João Pessoa, Logradouro, Santa Rita, Sapé, Solânea e Tacima e apenas um é da região de Campina Grande, lotado na cidade de Esperança.

<sup>6</sup> “Do bajubá = *V.t.d. e intr.* 1. Chamar para prestar atenção; 2. Fazer alguma função; 3. Pegar; roubar. Forma imperativa e sincopada do verbo kuein! [Se liga! Presta atenção]” (VIP; LIBI, 2013, p. 20).

cidadãos, uma vez que não se trata apenas da formulação da questão, mas também do seu conteúdo, o qual está direcionado a um grupo marginalizado.

Mediante Bechara (2011, p. 811), a partir de seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, aponta-se o termo marginal com um significado de “que ou quem não está bem integrado no seu meio”. Nessa direção, compreende-se que o termo não tem relação apenas com quem rouba, mata ou furta, mas também com quem é colocado à margem da sociedade por desviar-se de padrões estabelecidos como adequados para a convivência social. Assim, LGBT+ são discriminados por sua identidade de gênero e sexual, que rompe com um ideal cis/heterossexual que é consagrado, na sociedade brasileira, desvairadamente conservadora, como manifestação de sexualidade realmente “correta”.

**Figura 1** - Questão do ENEM 2018

**QUESTÃO 14**

**“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto” utilizado por gays e travestis**

*Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade*

“Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: “É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de ‘acué’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia*, a *dicionária da língua afiada*, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial.

Disponível em: [www.midiamax.com.br](http://www.midiamax.com.br). Acesso em: 4 abr. 2017 (adaptado).

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por

- A ter mais de mil palavras conhecidas.
- B ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
- C ser consolidado por objetos formais de registro.
- D ser utilizado por advogados em situações formais.
- E ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

Fonte: INEP, 2018



Analisando a imagem, identifica-se que a questão busca uma contextualização da temática, isso por meio de um texto, produzido por Guilherme Cavalcante<sup>7</sup>, intitulado *Acuenda o pajubá: conheça o 'dialeto secreto' utilizado por gays e travestis*, publicado pelo site *MídiaMax* em 2017. No texto, o autor discute a questão do uso do pajubá, através de conversa com um advogado gay, que admite fazer uso das gírias em ambientes mais formais, não seria o caso de uma ação em fórum ou audiência jurídica, mas, no escritório em que trabalha, o uso é bastante comum. Por isso, indica-se a necessidade de que os professores:

[...] estimulem a manipulação de dados da língua em uso, propiciando aos alunos a oportunidade de quantificar, comparar, analisar, formular hipóteses, refletir, enfim, sobre a diversidade de formas e de funções que constituem a língua nos contextos reais em que os falantes interagem (SILVA, 2012, p. 179).

Ademais, o advogado ainda comenta sobre a existência de um dicionário dos termos pajubá. O dicionário ao qual ele se refere é *A dicionária Aurélia da língua afiada*, obra produzida pelo jornalista Vitor Angelo e pelo pesquisador Fred Libi, que conta com cento e quarenta e três vocábulos utilizados por LGBT+ de língua lusófona, com destaque especial para os brasileiros. A obra foi lançada em 2006, o dicionário contém mais de mil e trezentos verbetes. Inclusive, a publicação sofreu ameaças de ações judiciais por parte do grupo do *Dicionário Aurélio*, em cujo nome se inspirou, o que reforça a ideia de predileção pela não associação por uma questão de marginalização do grupo, junto a seus usos linguísticos. Além disso, os autores, Vip & Libi (2013), apontam que a obra é composta por termos que a sociedade rotula como pejorativos e/ou chulos, ou seja, constitui-se como um tabu linguístico.

Assim, a questão do ENEM adota um critério valioso para a reflexão linguística: a contextualização. Mediante o uso da reportagem, a questão busca direcionar para a reflexão linguística, prática necessária para a construção da competência comunicativa de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/midiamaais/comportamento/2017/acuenda-o-pajuba-conheca-o-dialeto-secreto-utilizado-por-gays-e-travestis>>. Acesso em: 14 de mar. 2020.





todo e qualquer discente. Desse modo, a questão busca indagar o que caracteriza o pajubá como um patrimônio linguístico, tendo um status de dialeto.

Ressalta-se que essa adoção do termo dialeto, deveria ser substituída por socioleto, uma vez que o termo dialeto está para questões de ordem geográfica e socioleto para direções mais sociais, como explicita Bagno (2017). Ainda assim, o autor também indica que há um uso bastante significativo do termo dialeto em referência a socioleto, pois compreende-se como um **dialeto social**, mas ressalta que as teorias de cunho sociolinguístico priorizam as terminologias separadamente e direcionadas para seus segmentos.

A partir disso, faz-se necessária a adoção de perspectivas linguísticas que valorizem a ação da análise textual desde sua temática até seus recursos linguísticos, uma vez que, como aponta Robin Lakoff (2010), a linguagem se faz tanto pelos itens linguísticos que desejamos expressar, quanto pela forma que selecionamos para expressá-los. Por isso, “somos usados pela linguagem tanto quanto a usamos” (LAKOFF, 2010, p. 13). Logo, concorda-se com o seguinte:

Eleger as variantes da língua como objeto de análise, sobre o qual o aluno exercite sua curiosidade, sendo instigado a detectar regularidades e inovações, aquilo que é recorrente e o que é inovador, estabilidade e mudança, os fatores, enfim, que determinam a forma que a língua historicamente vai assumindo é, muito provavelmente, o que falta para darmos a guinada de que o ensino de língua portuguesa tanto necessita. Isso sem falar na aquisição da arma mais letal no combate ao preconceito: o conhecimento! (SILVA, 2012, p. 185).

Nesse sentido, é pertinente instigar a investigação acerca da multiplicidade linguística existente na língua que o aluno já domina. A partir do exposto, a questão apresenta cinco alternativas possíveis como resposta. Em (a), tem-se a idealização de que um patrimônio linguístico se faz pela existência de mais de mil palavras, alternativa errada, uma vez que não é apenas o quantitativo que estabelecerá esse patrimônio; (b) indica como opção o fato de haver palavras existentes de uma linguagem secreta, alternativa possível de ser eleita como a correta, mas não se trata de apontar a



característica da linguagem de grupo, mas a sua relação com a ideia de patrimônio linguístico, logo, é errada, pois um patrimônio linguístico também poderia ser as línguas indígenas, por exemplo.

Adiante, tem-se a alternativa (c), apontada pelo gabarito oficial como a correta, isso por considerar que os usos linguísticos de um grupo marginalizado passaram a constituir um instrumento metalinguístico. Desse modo, a produção de um dicionário que contém os termos da comunidade LGBTQ+ passa a direcionar uma variedade linguística de registro; em (d), o fato de ser uma variedade utilizada por advogados em situações formais não consagra o aspecto de patrimônio linguístico, pois a constituição de um patrimônio linguístico não se vale de valores formais ou informais; por fim, a alternativa (e) caminha como a anterior, uma vez que não é seu contexto de uso que determinará a constituição do patrimônio linguístico.

A partir disso, centraliza-se a questão com base teórica consistente. De acordo com os direcionamentos da prova, o domínio da interpretação textual é necessário para a resolução da avaliação. Assim, aponta-se a questão como temática de variação linguística e que está presente nos mais variados livros didáticos da atualidade, uma vez que variação linguística é um conteúdo obrigatório na educação básica. Além de estar garantido pelos documentos oficiais desde 1998 e ser reforçado pela BNCC.

Nessa direção, os usos linguísticos estigmatizados devem ser objetos de reflexão linguística, uma vez que representam grupos, identificam povos e conduzem culturas, bem como são mecanismo de controle social, de desvalorização humana e discriminação de sujeitos. Na direção dessas colocações, concorda-se com os dizeres do grande educador Paulo Freire (1996, p. 60):

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.



Desse modo, mediante Freire (1996), não se pode conceber uma ideia de superioridade entre os indivíduos. Portanto, à luz do que foi dito, acrescenta-se que também não há justificativas para a inferiorização de gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, ou quaisquer outras manifestações plurissignificativas da sexualidade e das identidades de gênero, uma vez que a aceitação da superioridade de um subjaz na inferiorização do outro. Assim, o que é aceitável é a adoção de práticas anti-hegemônicas, as quais rejeitam a perpetuação do preconceito linguístico, evidenciando a heterogeneidade como espaço da pluralidade social.

### 5.1 Com a palavra, os professores: reflexões docentes

Nesta seção, discute-se sobre a questão subjetiva do questionário, a qual foi indicada para resposta opcional. Assim, identificar-se-á no dizer dos professores (representados por “P”, em ordem numérica aleatória e as transcrições foram feitas conforme dados originais da pesquisa) o quanto depreendem sobre a importância da variação linguística para a formação de seus alunos. Assim, questionou-se o seguinte: *para você, qual a relevância de se ter conhecimento sobre a diversidade linguística no contexto escolar e social?*

#### Quadro 1 - O que dizem os professores?

---

**P.01** *De suma importância.*

---

**P.02** *Reconhecer que o português falado tem uma riqueza inimaginável.*

---

**P.03** *É necessário, principalmente para compreensão dos mais diferentes contextos.*

---

**P.04** *É importante que os alunos conheçam e sejam estimulados ao respeito às variedades linguísticas.*

---

**P.05** *Proporcionar uma educação que forme sujeitos éticos, despido de preconceitos de qualquer natureza.*

---

**P.06** *A relevância é total, pois ajuda no combate ao preconceito em todas as suas facetas: racial, sexual, social, etc.*

---

**P.07** *É de suma importância, considerando o respeito à diversidade linguística, e principalmente o respeito ao outro em sua completude.*

---

**P.08** *É muito importante saber os diversos níveis de linguagem a fim de saber adequar-se nos mais diferentes contextos comunicacionais.*

---



- 
- P.09** *Pela importância de um melhor conhecimento no modo de comunicação entre os seres. Pois sabemos que existem várias formas de linguagem.*
- 
- P.10** *Conhecer e compreender essa diversidade na língua contribui com a inclusão dos nossos alunos e também ameniza as situações de discriminação.*
- 
- P.11** *Conhecimento é poder. Tendo em vista essa frase, é relevante pensarmos que os alunos têm o direito de conhecer as diversas variedades presentes em sua língua, bem como, compreender as suas situações de uso.*
- 
- P.12** *É preciso partir da ideia de que nossa língua é múltipla, mutável, passando por constantes mudanças e transformações. Assim, torna-se necessário levar a diversidade linguística para dentro da sala de aula, por meio de discussões e debates.*
- 
- P.13** *É imprescindível que para construção do conhecimento em sala de aula, o professor precisa possibilitar o acesso às mais diferentes variedades da língua. Ser competente em língua materna significa se utilizar de diversificados comportamentos linguísticos.*
- 
- P.14** *Tal conhecimento é relevante pelo fato de apresentar as diversas formas de comunicação. Assim, os alunos tomam conhecimento de que não há uma única linguagem (a padrão/formal) e que cada grupo de pessoas têm sua forma específica de se comunicar, através de sua linguagem característica.*
- 
- P.15** *Muito relevante, pois ao contrário do que muitos imaginam, a língua não é uma entidade fixa, uniforme. Pelo contrário, toda língua viva, muda no decorrer do tempo, muda de região para região, de grupo social para grupo social, etc., ou seja, é um processo que nunca para, é contínuo e isso deve ser abordado e trabalhado com os nossos alunos, com isso, além de conhecer, eles irão entender o porquê de toda essa variação e conseqüentemente, extinguir o preconceito linguístico, que é um problema que sempre está presente em nossas salas de aula.*
- 

Fonte: O autor.

Apesar de sucintos, os docentes (01) e (02) reconhecem a riqueza e importância do estudo. Observa-se que os professores (04), (05), (06) e (07) se posicionam favoráveis, concebendo a relevância por meio de um ideal de ética e respeito, compreendendo as formações humanas e sociais de caráter heterogêneo, desse modo, como expressam Oliveira & Wilson (2017), esses profissionais compreendem os fenômenos linguísticos como resultantes das interações humanas que se dão pelas atividades socioculturais. Mediante Oliveira & Wilson (2017), também é possível apontar que os usos linguísticos são reveladores da pluralidade social, bem como da diversidade de espaços ocupados pelos membros de uma sociedade. Nessa direção, identifica-se os dizeres dos professores (03), (09), (10) e (11).



A partir da fala dos professores, enfatiza-se a necessidade de os discentes terem o direito de compreender os mais variados usos da língua, uma vez que a compreensão dos contextos de uso auxilia no processo de interação social, bem como na adequação dos recursos linguísticos. Desse modo, identifica-se que os professores se compreendem como coprodutores de conhecimentos, uma vez que as novas demandas sociais os direciona para o exercício do professor-pesquisador, haja vista o dever de se atualizar, também se identificando com concepções de língua e gramática, as quais estarão embasadas por preceitos teóricos e metodológicos que os auxiliará no desenvolvimento de um ensino de língua(s) transformador (OLIVEIRA; WILSON, 2017).

As respostas (12), (13), (14) e (15) são deveras condizentes e pontuais diante do que se tem defendido até aqui. Assim, identifica-se as contribuições da vertente variacionista na formação de professores de LM, uma vez que a abordagem da variação linguística acarreta para o ensino de línguas a possibilidade de superação do “[...] tratamento estigmatizado dos usos linguísticos por intermédio da consideração de que todas as expressões têm sua legitimação e motivação justificadas pela multiplicidade de fatores intervenientes do âmbito social” (OLIVEIRA; WILSON, 2017, p. 238).

Desse modo, enfatiza-se o quão valorosa pode ser a formação dos profissionais da educação básica, os quais, tendo acesso a formações significativas e bem direcionadas, podem exercer, com maiores chances de êxito, sua prática docente, uma vez que podem se reconhecer como professores-pesquisadores, compreendendo que seu papel é valioso para uma formação transformadora de alunos proficientes em sua LM e tolerantes com a diversidade linguística.

Na direção das ideias dos profissionais, o trabalho com a variedade linguística é uma atividade de ordem cultural, tendo o objetivo seguinte: “[...] propiciar conhecimentos a respeito de um dos elementos formadores da identidade cultural do brasileiro” (CAMPOS, 2014, p. 18). Ao adotar tal compreensão, com foco na linguagem, garante-se uma busca pela reflexão que fale dela em si, com a finalidade de problematizar seus fatos e fenômenos (MARTINS, 2013).



Dito isso, evidencia-se “[...] a necessidade de que seja assumida uma postura de professor de língua, **não apenas** da norma-padrão” (SILVA, 2020, p. 29, grifo do autor). Afinal, é possível motivar os alunos a seres investigadores da língua que já falam, podendo conhecer seus desdobramentos, haja vista a representação da “[...] possibilidade de adquirir conhecimentos tanto relacionados a **saber a língua** como **saber sobre a língua**” (MARTINS, 2013, p. 39, grifos da autora).

Então, as questões aqui defendidas podem contribuir positivamente para o ensino, pois propõem uma produtividade em se analisar os usos linguísticos considerando variados aspectos: sociais e linguísticos, bem como as seguintes proposições:

**Quadro 2** – Outras possibilidades que contemplam a linguagem LGBT+

- Pensar em usos linguísticos prototípicos e inovadores de mulheres, a partir dos Estudos Feministas;
- Refletir sobre a linguagem LGBT+, consoante os Estudos Queer;
- Compreender sobre o uso da linguagem neutra por sujeitos não-binários, a exemplo dos usos de *todes*, *menines*, *alunes* a partir dos Estudos de Gênero;
- Possibilitar pesquisas sobre atitudes positivas e negativas acerca da linguagem de LGBT+, mediante postulados da Atitude Linguística;
- Interpretar textos que tematizem a diversidade sexual e de gênero, centralizando autores marginalizados, à luz dos Letramentos de (r)existência;
- Mapear em comentários de redes sociais, como o Facebook, o uso de termos que possam ora indicar agressão, ora empoderamento, com base na Análise do Discurso;
- Investigar o uso da linguagem verbal e não verbal em entrevistas televisivas ou em plataformas de vídeo com sujeitos LGBT+, através da Análise da Conversação;
- Analisar a esquematicidade, composicionalidade e produtividade de expressões gírias da comunidade LGBT+, a exemplo de “fazer a egípcia”, com base na Gramática de Construções;
- Identificar o uso de vocábulos do contexto LGBT+ e da linguagem comum, observando a mudança de *frame*, como Barbie e Havaiana, a partir da Linguística Cognitiva;



- Analisar textos multimodais de temática LGBT+, focalizando elementos não verbais, como imagens em notícias e cartazes de filmes, com base na Gramática do Design Visual;
- Observar o gerenciamento de vozes e modalizações em textos sobre sujeitos LGBT+, a partir dos postulados do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD);
- Investigar a fala de gays, lésbicas, transexuais e heterossexuais, a partir de postulados da Fonética e Fonologia, considerando aspectos tonais, prosódicos, rítmicos, etc;
- Não menos importante, analisar textos que contemplem dificuldades, romances, conquistas e carreiras de LGBT+, à luz de Estudos Literários.

Fonte: O autor

A partir do exposto, vê-se que variadas correntes dos estudos da linguagem, da cultura e das ciências sociais podem auxiliar na inserção da discussão transversal do tema na sala de aula, uma vez que se possibilite o acesso a materiais que atendam a duas questões essenciais: 1) ampliação da competência comunicativa dos discentes e 2) favorecimento das temáticas de gênero e/ou sexualidade. Afinal, os sujeitos LGBT+ “[...] utilizam a linguagem para construir-se dentro das limitações heteronormativas dos discursos que impõem posições de sujeito naturalizadas” (BORBA, 2015, p. 102). Então, buscando por essas imposições, também se evidenciam análises da língua e sobre a língua.

### Considerações finais

Como exposto pelas discussões, o ensino da variedade linguística LGBT+ não se trata de uma abordagem ao ensino de “linguagem de travesti”, tampouco se trata de persuadir os alunos a terem contato com práticas linguísticas desnecessárias a sua formação. O que se defendeu aqui é a aceitação de toda e qualquer variedade da língua como código válido para o processo de reflexão linguística. Assim, na direção do aporte teórico e propostas aqui debatidas, há a possibilidade de se caminhar para um ensino de língua que considera também saber sobre a língua, ou seja, conhecer sua história, suas relações de poder, seus parâmetros sociais, etc.

Para tanto, foram considerados os pilares da Sociolinguística e seus enlaces para conceituar e defender um estudo da linguagem multidisciplinar no contexto do ensino de



LP, uma vez que fica evidente que a abordagem ao tema se fez com base na análise textual, concebendo temática e a análise de recursos linguísticos característicos de um grupo, nada mais do que uma questão de reflexão sobre a língua, a qual também poderia ser sobre os usos de grupo de presidiários, prostitutas ou skatistas desde que focalize as variedades estigmatizadas.

Ademais, concebeu-se a validade da formação dos professores-informantes, os quais se posicionam de maneira positiva em relação à legitimidade da variação linguística como conteúdo, uma vez que a área de Linguagens não está limitada aos saberes da GN, pois amplia-se aos saberes socio-pragmáticos da linguagem. Assim, por ação interpretativista entendemos que os professores, participantes da pesquisa, compreendem a importância da diversidade linguística como conteúdo escolar.

Apesar da produtividade na aplicação do questionário, ressalta-se que há possibilidade de os informantes sancionarem determinadas respostas, uma vez que estão atravessados pelo que a sociedade, de modo geral, considera como politicamente correto, mesmo evidenciando o caráter anônimo da coleta. Dito isso, uma abordagem indireta com os questionários, talvez indicasse uma nova leitura dos dados, bem como uma amostra diferente dos itens. Entretanto, não se desconsidera a validade do que se defendeu aqui, mas se compreende como pertinente essa colocação, tanto para pesquisas futuras quanto para as pesquisas dos que se interessem pela abordagem aqui enveredada.

Também é válido explicar que não se trata apenas de discriminação com a questão do ENEM por seu conteúdo linguístico estar associado a um grupo de gênero e sexualidade divergente do padrão dominante, há discriminação porque toda e qualquer manifestação individual e/ou coletiva, que seja divergente da cultura dominante, é inferiorizada e ridicularizada, uma vez que os grupos dominantes estabelecem padrões e regras com base em uma cultura hegemônica, não privilegiando as mulheres, os LGBTQ+, os negros, os pobres e os favelados, onde as performatividades linguísticas também estão imbricadas, sendo alvos de preconceito.

Ademais, os estudos linguísticos mostram-se produtivos, além disso, que outros profissionais se interessem pelo tema em questão, consagrando LGBTQ+ como sujeitos de





suas pesquisas e inquietações, ao que tange a linguagem, seja no nível lexical, fonético-fonológico, semântico ou discursivo, por exemplo. Por fim, a pesquisa mostrou-se proveitosa, pois os objetivos propostos foram alcançados e foi estabelecida a validade da formação dos professores frente às demandas que constituem e permeiam o processo de ensino-aprendizagem, especialmente o de LP.

### Referências

- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ASSIS, Maria Cristina de; BICALHO, Márcia A de O.; CAVALCANTE, Maria Alba; VIEIRA, Jerônimo de Souza. **História concisa da Língua Portuguesa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Objeto Língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BORBA, Rodrigo. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, 2015, p. 91-107.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BOSSAGLIA, G. **Linguística Comparada e Tipologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: língua portuguesa. Brasil: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclo. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- CAMPOS, Elísia Paixão de. **Por um novo ensino de gramática**: orientações didáticas e sugestões de atividades. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.



CEZARIO, Maria Moura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 141-155.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, A. Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem, Gênero e Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 13-30.

MARTINS, Iara F. de Melo. O ensino de gramática na perspectiva funcionalista: propostas de análise. In: LINS, Juarez Nogueira. **Linguagens**: ensino e pesquisa. Recife: Editora da UFPE, 2013, p. 39-50.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 09-14.

NOGUEIRA, Sidnei Barreto. **A palavra cantada em comunidades-terreiro de origem iorubá no Brasil**: da melodia ao sistema tonal. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Mariângela. R. de; WILSON, Victoria. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 235-242.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PERNAMBUCO, Juscelino; CARMELINO, Ana Cristina. A intolerância linguística na escola. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Preconceito e intolerância**: reflexões linguístico-discursivas. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011, p. 79-98.

PRETI, Dino. **A gíria e outros temas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.


PRETI, Dino. **A linguagem proibida**: um estudo sobre a linguagem erótica. São Paulo: LPB, 2010.

SILVA, André L. S. da; MARTINS, Iara F. de Melo. O babado é certo: gíria LGBT para o empoderamento linguístico. In: **II Encontro de Letras do Litoral Norte da Paraíba**: Letras em diálogo: Língua, Literatura e Cultura, Mamanguape. João Pessoa: Editora da UFPB: 2019, p. 664-653.



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU  
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 34 • Jul 2021

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i34.402>

SILVA, A. L. S. da. **O pajubá no ENEM: preconceito e diversidade linguística**. 2020. 68 f. Monografia (Especialização em Ensino de Línguas e Literatura na Educação Básica) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira.

SILVA, Camilo R. Diferentes gêneros, diferentes linguagens: a variação linguística na aula de Português. In: PEREIRA, Regina C. Mendes (org.). **A didatização de gêneros no contexto de formação continuada em EaD**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, p. 163-187.

VIP, Angelo; LIBI, Fredi. **Aurélia: a dicionária da línguaafiada**. 24. ed. São Paulo: Editora do Bispo, 2013.

---

Recebido em: 13/05/2021 | Aprovado em: 21/06/2021.

---